

NOVO GOVERNO

Sem negociação de PEC
abaixo dos R\$ 150 bi

Transição aceita rever validade da proposta, mas não uma redução drástica do valor

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

Articulação política do governo eleito se mostra disposta a negociar a duração da exclusão do Bolsa Família do teto de gastos, mas não aceita que o valor seja inferior a R\$ 150 bilhões. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, apresentada na segunda-feira ao Congresso, prevê extrateto de R\$ 198 bilhões, sendo R\$ 175 bilhões destinados ao programa social e excepcionalizados das regras fiscais por todo o mandato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

“A gente admite discutir se são quatro anos, dois anos. Agora, qualquer valor abaixo de R\$ 150 bilhões significa dizer que a gente está fazendo ajuste fiscal”, declarou o deputado federal eleito Lindbergh Farias (PT-RJ).

Ele é um dos integrantes do chamado Centro de Governo, que reúne os principais articuladores políticos até o momento. O grupo realizou, ontem, uma reunião no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do gabinete provisório, para discutir o andamento da formação da base de Lula. O futuro chefe do Executivo se aproxima cada vez mais do União Brasil, do PSD e do MDB, após reuniões que fez com as bancadas nos últimos dias.

Caso as três siglas embarguem no governo eleito, Lula terá o maior bloco na Câmara. O cenário é considerado bastante favorável por membros da transição, especialmente após a declaração de apoio de PT, PV, PCdoB e PSB à reeleição de Arthur Lira (PP-AL) à presidência da Casa.

Eduardo F S Lima/Estadão Conteúdo



Lindbergh: “Se não votar, a gente sabe que não é PEC ou a morte. Você vai ter outras alternativas”

Segundo Lindbergh, Lira foi uma espécie de “primeiro-ministro” de Bolsonaro, defendendo os interesses do Executivo na Câmara. Lula pretende montar outro modelo de relação e não vai terceirizar ao político algo que os projetos de interesse do novo governo.

Sobre a PEC, a expectativa da transição é que o texto seja votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana que vem e imediatamente enviada ao plenário do Senado.

Apesar da aposta na matéria, Lindbergh frisou que há outras opções. “(A PEC) é o instrumento que o presidente priorizou. Ele

disse que é uma forma de apostar na política, valorizar a política. Se não votar, a gente sabe que não é PEC ou a morte. Você vai ter outras alternativas”, disse o parlamentar eleito.

“Orçamento fake”

A grande preocupação do novo governo é o Orçamento de 2023, que já passou a ser apelidado de “orçamento fake” por membros da transição. “É um acinte, um absurdo o que Bolsonaro fez no Orçamento. Por isso é tão importante, e o nosso relatório aponta isso, a aprovação da PEC do Bolsa Família. Porque se

não liberar um espaço fiscal, as obras nas áreas de cidades, infraestrutura urbana, moradia e saneamento param em janeiro”, alertou, ontem, o deputado federal eleito Guilherme Boulos (Psol-SP), que integra o grupo de trabalho (GT) de Cidades.

De acordo com Boulos, apenas para manter em andamento obras de saneamento, seriam necessários R\$ 580 milhões. O atual governo, porém, alocou R\$ 18 milhões. Para contenção de encostas, que sofrem deslizamentos com as chuvas de início de ano, há apenas R\$ 2 milhões disponíveis, enquanto são necessários R\$ 42 milhões.

Meio Ambiente diz que falta cooperação

O grupo de trabalho (GT) de Meio Ambiente denunciou, ontem, a falta de cooperação do Ministério do Meio Ambiente em fornecer os dados necessários para o novo governo. A equipe apresentou, em coletiva no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), uma prévia dos resultados de seu trabalho.

“Não tem transparência por parte de quem está no governo. Não tem acesso a números confiáveis que vêm da equipe que está no governo, mas felizmente nós estamos suprimindo essa lacuna, gravíssima, com a capacidade que essas pessoas que estão no grupo acumulam, de conhecer

profundamente toda a estrutura do Estado brasileiro. Pelo menos a que tinha, e que foi danificada no atual governo”, disse o coordenador do GT, o ex-governador do Acre Jorge Viana.

Participaram da coletiva, também, o coordenador dos grupos técnicos, Aloizio Mercadante; e os ex-ministros do Meio Ambiente Marina Silva, Carlos Minc e Izabella Teixeira, entre outros.

Mercadante disse que a relação anda sendo “desigual” e que algumas pastas se mostraram bastante dispostas a colaborar e “respeitar o resultado das eleições, uma atitude republicana muito positiva”. “Pois farei o

reconhecimento desses ministros, desses ministérios, mas com outros é muito mais difícil. A resposta vem sempre de forma protocolar”, acrescentou.

Assim como outros grupos, o GT do Meio Ambiente apontou um desmonte nas políticas públicas do setor. Segundo o grupo, faltam recursos para manter as operações básicas do Ibm, por exemplo. Também foram desmontados os aparatos de fiscalização de crimes ambientais, especialmente na região amazônica.

“É dilacerador dizer o que foi feito. É deliberado, não é só uma questão de ineficiência e incompetência. É uma decisão política”, frisou Izabella Teixeira. Segundo a ex-ministra, o governo atual repassou números que não eram verdadeiros, e que o GT contou com a colaboração das equipes técnicas de órgãos ambientais para colher os dados necessários.

Marina Silva, por sua vez, frisou que o novo governo não terá complacência com o desmatamento. Uma das medidas citadas pelo grupo é fazer o chamado embargo remoto, usando imagens de monitoramento por satélite para identificar e interditar as fazendas nas quais há desmatamento ilegal. (VC)

Janja anuncia atrações
para festa da posse

A futura primeira-dama, a socióloga Rosângela da Silva, conhecida como Janja, anunciou que mais de 20 artistas confirmaram participação no evento de posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em dia 1º de janeiro. A ideia do governo de transição é fazer uma “grande festa popular”, além das cerimônias institucionais.

“Estamos trabalhando nesta lista. Temos mais de 20 nomes confirmados”, disse Janja, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde está o governo de transição. **(Veja quadro com as atrações)**

Ela espera a confirmação de outros artistas, como o cantor Gilberto Gil. “Ele está na Europa, fiz o convite e estou aguardando a confirmação”, afirmou. “Fiz o convite a Caetano Veloso, a Ludmilla e ao Emicida. Então, estamos aguardando essas respostas que, com certeza, vão se confirmar e teremos uma

grande festa no dia 1º.”

A futura primeira-dama afirmou que, além da posse institucional, ocorrerá o que foi batizado como “o festival do futuro”. “A alegria vai tomar posse”, ressaltou. Ela disse que trabalha na agenda de mobilização e que há muitas caravanas programadas para a festa do dia 1º.

Serão erguidos dois palcos, que foram batizados de “Palco Gal Costa” e “Palco Elza Soares”, em homenagem à memória das duas cantoras que morreram neste ano.

Janja afirmou que a cerimônia presidencial seguirá o roteiro e o rito institucional e minimizou preocupações em relação à segurança no evento. “A preocupação com segurança é a que sempre tem, a que envolve um presidente da República”, frisou. O esquema de segurança está sendo trabalhado com a Polícia Federal, as Forças Armadas e gabinetes de segurança.

Ricardo Stuckert/Divulgação



Janja falou do Festival do futuro: “Faremos essa posse para o povo”

Veja quem está na lista

CONFIRMADOS

» Pablo Vittar
» BaianaSystem
» Gabi Amarantos
» Duda Beat
» Martinho da Vila
» Os Gílsons
» Luedji Luna
» Tereza Cristina
» Fernanda Takai
» Johnny Hooker
» Marcelo Jeneci

» Odair José
» Otto
» Tulipa Ruiz
» Maria Rita
» Valeska Popozuda

A CONFIRMAR

» Gilberto Gil
» Caetano Veloso
» Ludmilla
» Emicida

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Projeto prevê
controle de conteúdo
da internet

A equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tenta adiar para o próximo ano a votação do projeto de lei de autoria do deputado federal João Maia (PL-RN), que estabelece regras para atuação das plataformas digitais no país e só falta ser incluído na pauta pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A proposta confere à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) superpoderes para controlar a internet, inclusive seu conteúdo. “No Projeto de Lei nº 2.768/2022, proponho uma regulação na linha da Comissão Europeia, mas de forma bem menos detalhada. Isso porque estamos lidando com questões de extrema relevância, que exigem respostas regulatórias ao mesmo tempo novas e muito rápidas”, argumenta Maia.

Segunda a proposta, em vez de um novo órgão regulador, a Anatel seria empoderada para tratar de todas as questões relativas à internet. Há dúvidas sobre isso, embora Maia argumente que o órgão já possui expertise muito próxima da requerida para a missão de regular plataformas digitais. Na linha da União Europeia, o projeto distingue usuários profissionais e finais. Também estabelece critérios para a definição de operadores de plataformas digitais, que serão considerados como detentores de poder de controle de acesso essencial (receita operacional anual igual ou superior a R\$ 70 milhões).

O projeto reduz o poder e a autonomia das chamadas big techs, as grandes empresas de tecnologia, principalmente Google, Facebook, Amazon e Apple, todas norte-americanas. A influência das plataformas e redes sociais nas eleições tem despertado o interesse dos políticos, sobretudo depois do escândalo da Cambridge Analytica, decisiva na campanha do Brexit, na Inglaterra, e da atuação de hackers russos nas eleições norte-americanas em favor de Donald Trump, eleito em 2016.

Aqui no Brasil, em 2018, o presidente Jair Bolsonaro surpreendeu os adversários ao estruturar sua campanha e focar o marketing eleitoral nas redes sociais, sem que houvesse qualquer controle da Justiça Eleitoral. Neste ano, porém, foi diferente. Um inquérito aberto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) investiga bolsonaristas responsáveis pela produção de fake news nas redes sociais, com objetivos antidemocráticos.

As principais críticas ao modelo proposto por Maia parte da ideia de que o setor se desenvolve de forma disruptiva e esse tipo de regulação seria absorvido pelas big techs, mas mataria o desenvolvimento das startups. O termo startup, do inglês, significa “começar algo novo” e é comumente relacionado à inovação no mundo dos negócios. Portanto, uma startup é uma empresa que está em seu início, sem plano de negócios ou produto completamente definido, mas que tem algo novo a mostrar ao mercado. Aplicativos como Uber, Airbnb, Instagram e Pinterest já foram startups antes de se tornarem companhias multimilionárias. Nubank, GuiaBolso, QuintoAndar, Loggi, Contabilizei, Credits e Amaro são startups genuinamente brasileiras.

O mercado da internet é muito verticalizado. As big techs estão sendo questionadas por ampliarem seu poder na atividade principal para mercados adjacentes, com base no fato de a primeira ser, muitas vezes, um insumo para os segundos, no chamado *self-preferencing*. É o caso dos aplicativos em celulares de Google e Apple, da ferramenta de busca horizontal do Google, ao Buy Box da Amazon ou aos dados acumulados nas redes sociais, como fotos e postagens do Facebook.

Obrigações e multas

Nos últimos 20 anos, houve grande concentração de mercado. Em vez de dúzias de mecanismos de busca, o Google. No lugar de milhares de lojas, a Amazon. Nos Estados Unidos, o *American Innovation and Choice Online Act*, que proíbe o *self-preferencing*, empacou no Congresso. Na Comissão Europeia, o *Digital Markets Act* (DMA), direcionado aos chamados “controladores de acesso” (*gate keepers*) no mundo digital, foi aprovado em 2022, mas gerou um contencioso com os Estados Unidos. A China investiu bilhões nas suas próprias plataformas e redes para manter o controle social, porém as manifestações que estão ocorrendo no país mostram que isso não é tão fácil.

Maia propõe um Fundo de Fiscalização das Plataformas Digitais — FisDigi, com fontes constituídas por uma nova taxa de fiscalização das plataformas digitais, dotações do Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses, entre outras. A taxa de fiscalização das plataformas digitais será devida anualmente pelos operadores de plataformas digitais que oferecerem serviços ao público brasileiro, detentores de poder de controle de acesso essencial, correspondente a 2% da receita operacional bruta.

Além dos recursos do FisDigi terem como destino o financiamento aos novos serviços prestados pela Anatel, previmos a possibilidade de o Poder Executivo destinar parte dos valores ao Fundo de Garantia de Operações — FGO para serem utilizados como garantia ao desenvolvimento de produtos e serviços digitais inovadores, o que financiaria um “FGO Digital”. As sanções seguiriam a lógica de “regulação responsiva”, com multas pesadíssimas.